

PROCESSO E FORMA, DESENHO E SIGNIFICADO NO DES-GLOMERADO DA SERRA

Alicia Duarte Penna¹

Érico de Oliveira e Silva²

Laís Grossi de Oliveira³

Margarete Maria de Araújo Silva⁴

Resumo

Esse breve ensaio resulta de um diálogo entre dois professores e dois ex-alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas, iniciado na Primeira Água do Cardoso, no Aglomerado da Serra em Belo Horizonte, sobre os impactos, ali evidentes, do Programa VILA VIVA (Governo Federal/ PMBH).

Palavras-chave: Favela. Política pública. Socionatureza. Sustentabilidade ambiental-urbana. Forma urbana.

Hygina Moreira Bruzzi já dizia que os arquitetos-urbanistas andam se preocupando muito, demasiadamente, com os processos urbanos e pouco, insuficientemente, com a forma urbana. Referia-se a arquiteta à aproximação da Arquitetura (aqui nascida nas Belas Artes, crescida entre Engenharias e amadurecida nas Ciências Sociais Aplicadas) das Ciências Sociais, para ela proporcional ao seu afastamento da Estética.

Muito provavelmente também por isso, quando vamos dois professores e seis estudantes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais participar de um mutirão para a recuperação da ruína de uma casa - uma casa multifamiliar, vale sublinhar - demolida na área conhecida como Primeira Água do Cardoso, no Aglomerado da Serra, na Região Sul, em Belo Horizonte, detemo-nos nos processos.

¹ Arquiteta, mestre e doutora em Geografia Urbana pela UFMG, professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas

² Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela PUC Minas

³ Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela PUC Minas

⁴ Arquiteta, mestre e doutora em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG, professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas e da UFMG.

Primeiro, maldizemos os processos (ainda? sempre? cada vez mais?) autoritários de concepção, de desenvolvimento e de implementação das políticas urbanas e habitacionais públicas, no caso, aqueles referentes ao Programa VILA VIVA, iniciado em 2005 pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, coordenado pela Secretaria Municipal de Políticas Urbanas e pela Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte e implantado com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal, naquela e em outras muitas favelas - belorizontinas ou não.

Segundo, criticamos os processos diretos de expulsão de grupos sociais daquelas localizações centrais.

Terceiro, censuramos os processos indiretos de incorporação da terra sob as regras do mercado imobiliário informal ao formal.

E, finalmente, execramos os processos previsíveis de segregação socioespacial desencadeados e potencializados por políticas urbanas e habitacionais públicas.

Se não evidentes, suspeitados tais processos naquela ruína de casa multifamiliar e nas demais – e são muitas- dali avistadas ao longo do córrego do Cardoso. Suspeitados também tais processos nas construções novinhas em folha – edifícios multifamiliares verticais- também dali avistadas. Suspeitados tais processos nessas clareiras abertas – ruínas ou novas construções- sobre o acúmulo de práticas, energia e matéria que é a favela como o é a cidade.

Se cedo demais talvez para se medirem (a qualquer prazo: curto, médio ou longo) os efeitos do Programa VILA VIVA sobre a vida naquela favela e daquela gente e sobre a vida na cidade dessas e doutras gentes; se cedo demais para se comprovarem as acusações tantas vezes (na Belo Horizonte aberta sobre o Arraial do Curral D’El Rey, muitas vezes, desde o final do século XIX) levantadas, há algo já claramente evidente ali. E esse *já claramente evidente* é: a forma!

Começamos pelo parcelamento do solo. Reparemos na definição - agora geometricamente traçada- da propriedade privada. E na definição- agora geometricamente traçada- do que são o espaço público, o espaço coletivo, o espaço privado. Constatemos como se perdeu o desenho – a forma!- e o seu significado.

O espaço público passou a ser o espaço viário.

O que sobrou do espaço viário é o espaço do lazer, mas não o inspirado ou o inventado, e, sim, o lazer (mal) instituído e, por isso, inibidor das práticas de apropriação, do tempo livre no espaço livre.

O espaço coletivo passou a ser o que sobrou do espaço privado, aquele que, do espaço privado, afasta o espaço público.

O espaço privado – o último, mas não o menos importante; ao contrário, o agora dominante- passou a ser o espaço privativo do apartamento.

Assim:

- o público tornou-se o *do governo* – do outro que o instituiu e que dele deverá cuidar;
- o coletivo tornou-se o de ninguém – ali não mais se constitui alguém na interseção de muitos ou de todos;
- o privado tornou-se o da família, nucleada, unifamília legítima e proprietária, número 101, 102, 103 ou 104.

Examinemos o curso d'água, o Córrego do Cardoso - afluente do Ribeirão Arrudas, por sua vez afluente do Rio das Velhas, por sua vez afluente do Rio São Francisco-, natureza agora mantida à distância, sempre insegura e de resto improvável, da sociedade. Aqui se separou o esgoto do que o origina pelo chamado “Parque da Primeira Água”: placa, cerca e nenhuma brincadeira ou aberta serventia para a água que, *pelo governo*, será um dia – quando?- purificada, como um dia já foi quantificada e vendida e, também por isso, lançada sem o tratamento devido ao curso d'água. Acolá se converteu o solo em pavimento asfáltico, sociedade mantida à distância, sempre insegura e de resto improvável, da natureza. Reafirma-se, pois, por duas vias que na verdade são uma só, uma única relação entre sociedade e natureza, justo aquela (ainda ou sempre ou cada vez mais) desenvolvimentista.

Examinemos agora o curso das pessoas. Acuou-se o pedestre – o que anda, carrega, encontra, troca, brinca, briga, mata, beija e abraça - na calçada mínima entre a avenida e o arrimo. Monumentais ambos – avenida e arrimo -, mas de uma monumentalidade cuja geometria, sequer engenheira, sequer haussmaniana, não se decifra, resultado da implantação como se em *tabula rasa* em encosta íngreme e ondulada Assim são provocados e contidos – na verdade, transferidos - os riscos de erosão e de escorregamento pelos que com eles podem medir forças, retirados os que, sozinhos e fragilizados, com eles não puderam e não poderão.

Passemos à densidade de ocupação. O vazio – o espaço livre de construção - agora predomina sobre o cheio – o espaço construído - e esse vazio dominante, já dizemos, é o espaço viário, o “nada urbanístico”, na expressão de Carlos Nelson Ferreira dos Santos. Se alguns já podem circular e estacionar (quase) à porta da casa, garagens anunciam-se numa economia de espaço que dá aos carros próprios a vaga

subtraída às casas e as multifamílias consideradas impróprias. Nessa mesma economia, se espaço público e espaço privado não se interseccionam mas se contrapõem, mais predominante – opressivamente dominante o vazio.

E avancemos por fim à ocupação. O que era mosaico de planos, agora é linha. O que era escalonamento seguindo e revelando a topografia, agora é corte e arrimo em, como já nomeada, indecifrável geometria. O que era conjunto, agora é repetição.

Ora, a produção seriada do edifício não é mal em si, sobretudo se se pensa que seu princípio um dia foi a justa distribuição dos produtos – imobiliários, no caso-, sobretudo se se pensa que seu princípio um dia pode vir a ser o de uma economia sustentável e solidária dos produtos. Não é um mal em si a produção seriada do edifício, salvo se se pensa que cada um deveria ouvir uma música única, pessoal e intransferível. Se se pensa que cada um deveria criar a sua música - o que é pensamento mais justo em direção a ação desalienante -, que se lembre de que há as notas e de que o sujeito não é abolido se há linguagem - a com que os homens se comunicam e a qual podem revolucionar. Estava lá a linguagem antes da anomia em seu lugar: estava lá, por exemplo, a tagarelante laje, a um só tempo-espaço, cobertura e chão: varanda, mirante, farol, pracinha e lavanderia.

O escalonamento dos planos, tática de multiplicação do solo raro distinta da estratégia da verticalização, misturava espaço construído e livre de construção, espaço e âmbito privados, espaço e âmbito coletivos e espaço e âmbito públicos; a *tabula rasa* os separa. O escalonamento misturava natureza e sociedade; a *tabula rasa* os separa. O escalonamento e a geminação permitiam fazer crescer ou diminuir a casa mais ou menos própria para a família mais ou menos nuclear. O edifício convencional, multifamiliar na vertical, fragmentado em sub-unidades, o chamado predinho, torna ainda mais privada a propriedade e ainda mais retraído o sujeito criativo. E...é feio!!!

Tudo isso é muito feio tanto quanto para Sérgio Ferro o conceito de beleza, em separado da produção e da apropriação da arquitetura – e da cidade, onde está a favela-, é desesperadamente vazio. Com Hygina Bruzzi, Carlos Nelson Ferreira dos Santos e Sérgio Ferro, afinal, está Henri Lefebvre, para quem o espaço é um inseparável das relações sociais. E vice-versa. Basta ir lá - na Primeira, mas também na Segunda e na Terceira Águas do Cardoso e prestar esta atenção para constatar que assim é – e assim parece.

Referências Bibliográficas

BRUZZI, Hygina Moreira. *Do visível ao tangível: em busca de um lugar pós-utópico*. BH: C/Arte, 2001.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos (1984). “Rio de Janeiro, o que transforma e o que é transformado”. In: TURKIENICZ, Benamy (org.). *Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil*. São Paulo, ProEditores, 1984, p. 99-117.

FERRO, Sérgio; ARANTES, Pedro Fiori (org.). *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 2000.